



**FACULDADE MARIA MILZA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

JULIANA CONCEIÇÃO MARQUES DA CRUZ

**ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN: UM ESTUDO DE
CASO EM UMA ESCOLA DE SALVADOR - BA**

**GOVERNADOR MANGABEIRA-BA
2019**

JULIANA CONCEIÇÃO MARQUES DA CRUZ

**ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA COM SINDROME DE DOWN: UM ESTUDO DE
CASO EM UMA ESCOLA DE SALVADOR - BA**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia, a Faculdade Maria Milza – FAMAM, como requisito parcial para obtenção do título de graduado.

Orientador (a): Prof^a. Ma. Juliana Gonçalves dos Santos

**GOVERNADOR MANGABEIRA-BA
2019**

Ficha catalográfica elaborada pela Faculdade Maria Milza,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Bibliotecárias responsáveis pela estrutura de catalogação na publicação:
Marise Nascimento Flores Moreira - CRB-5/1289 / Priscila dos Santos Dias - CRB-5/1824

Cruz, Juliana Conceição Marques da

C957a

Alfabetização da criança com Síndrome de Down: um estudo de caso em uma escola de Salvador - Ba / Juliana Conceição Marques da Cruz. - Governador Mangabeira - BA , 2019.

37 f.

Orientadora: Juliana Gonçalves dos Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade Maria Milza, 2019 .

JULIANA CONCEIÇÃO MARQUES DA CRUZ

**ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA COM SINDROME DE DOWN:
UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA DE SALVADOR – BA**

Aprovado em 27/06/2019

BANCA DE APRESENTAÇÃO

Prof^ª. Ma. Juliana Gonçalves dos Santos
Orientadora

Prof^ª Ma. Joana Gomes dos Santos Figueiredo
Nome do componente

Prof^º Me. Reginaldo Pereira dos Santos
Nome do componente

**GOVERNADOR MANGABEIRA-BA
2019**

As crianças que chegaram para impulsionar na busca de uma educação inclusiva e transformadora.

AGRADECIMENTOS

Ao “Pai Celestial”, que me dá forças e coragem para não desistir, impulsionando-me na busca da minha auto-realização.

A minha família (mãe, irmãos, filhos), em especial a Claudio meu companheiro, parceiro e incentivador dessa minha inconstante luta.

Aos pais dessa linda criança, da qual falo neste trabalho, por permitir que eu falasse dessa experiência mostrando que não há limites quando se ama.

A minha orientadora Juliana Gonçalves por ter acompanhado com tanta dedicação e envolvimento esta minha caminhada.

A todos que me cercam com tanta energia positiva, que de uma forma ou de outra contribuíram para esta nova etapa da minha vida.

“A inclusão é um sonho possível.”
Maria Tereza Eglér Mantoan

RESUMO

O presente trabalho pretende discutir sobre a alfabetização da criança com síndrome de down, seu contexto escolar e as práticas pedagógicas utilizadas. Diante disso, essa pesquisa visa compreender o processo de alfabetização da criança com SD, levando em consideração as propostas pedagógicas, o desenvolvimento cognitivo e suas habilidades. Desta forma, levantei o seguinte questionamento: Quais as práticas pedagógicas adotadas pelo professor para alfabetizar a criança com SD em uma escola de Salvador-Ba? Assim delineamos o objetivo deste trabalho: Compreender o processo de alfabetização da criança com SD, levando em consideração as propostas pedagógicas, o desenvolvimento cognitivo e suas habilidades. Partindo desse contexto assim se delineiam os objetivos específicos: conhecer o contexto escolar em relação ao atendimento da criança com síndrome de down; verificar as práticas pedagógicas de alfabetização que favoreçam aprendizagens e desenvolvimento das habilidades da criança com síndrome de down; identificar a formação do professor alfabetizador e sua concepção sobre a temática alfabetização. Foi usado como instrumento metodológico o estudo de caso, a pesquisa qualitativa e análise documental. Esse levantamento nos mostra que o método utilizado na alfabetização de forma contextualizada conforme as especificidades dessas crianças atreladas a uma formação do professor alfabetizador nos trazem uma melhor compreensão de como se deu esse processo. É necessário que haja antes de qualquer coisa uma mudança nos paradigmas educacionais repensando nas formas de inclusão, uma sensibilidade por parte desse professor e uma formação adequada do mesmo para que tenhamos uma educação igualitária para todos. A pesquisa foi realizada em uma escola da rede privada de Salvador – Ba que atende da educação infantil ao ensino fundamental I. Os dados analisados e as informações registradas apontaram que o processo de alfabetização da criança com SD não é diferente de nenhuma outra e que para que haja o desenvolvimento de seu cognitivo e de suas habilidades é necessário o apoio de todos os envolvidos.

Palavras-chave: Alfabetização. Síndrome de down. Práticas pedagógicas.

LISTA DE QAUDROS

Quadro 01- Processo evolutivo da escrita e da construção alfabética	22
Quadro 02 - Caracterização dos participantes do estudo	25

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 A PRÁTICA DE ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	12
2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL	12
2.2 INCLUSÃO - PARA QUE E POR QUÊ?	15
2.3 SÍNDROME DE DOWN: CARACTERIZAÇÃO, DESAFIOS E POSSIBILIDADES.....	17
2.4 A PRÁTICA DE ALFABETIZAÇÃO E O PROFESSOR ALFABETIZADOR	20
3 A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN.....	24
3.1 CONTEXTO DA REALIDADE	24
3.2 ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN	26
3.3 RECURSOS ALFABÉTICOS ADOTADOS PELO PROFESSOR NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM SD	28
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS.....	32
APÊNDICE	35

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi desenvolvida através de um estudo de caso com a finalidade de trazer à tona uma discussão sobre alfabetização de crianças com Síndrome de Down (SD) mostrando o contexto escolar, as práticas pedagógicas e como vem sendo seu desenvolvimento intelectual e social de forma que possamos compreender como se deu esse processo e como escola e a família contribuíram de forma ativa para que fosse obtido êxito na escolarização dessa criança.

A necessidade de fazer esse estudo depois de observar uma criança com SD de seu nascimento até os dias hoje com 10 anos, cursando o segundo ano do Ensino Fundamental I, alfabetizada e inserida em escola regular desde os três anos de idade. Começou a ser estimulada precocemente desde o seu nascimento com terapias diversas até ingressar em uma escola, vem mostrando que mesmo com uma necessidade especial (deficiência intelectual) alfabetizá-la seria possível.

Partindo disso, venho me debruçando em estudos sobre a temática fazendo leituras, participando de cursos, me engajando em grupos de apoio a mães de crianças com necessidades especiais tentando de alguma forma contribuir para amenizar as dúvidas e anseios dessas mães.

A criança com síndrome de Down apresenta dificuldades em seu desenvolvimento cognitivo, trata-se não só da aprendizagem escolar, mais das atividades também consideradas corriqueiras como na vida doméstica, no lazer, enfim, onde essas pessoas também encontram dificuldades, o que interfere no processo de adaptação e na consolidação e retenção no tempo de aprender.

Diante disso veio à inquietação de trabalhar esse tema que apesar de falarmos muito sobre inclusão ainda é necessário o aprofundamento da temática e suas ramificações. Então pensei em buscar compreender como se deu esse processo e como posso contribuir para que outras crianças possam ser alfabetizadas.

De acordo Bissoto (2005, p.81), “isso se faz importante, pois a revisão de concepções permite novas perspectivas de compreensão e de intervenção nos processos de desenvolvimento cognitivo dos portadores de SD, impulsionando a qualidade de aprendizagem desse”. Sendo assim observamos a relevância desse estudo, pois se foi possível alfabetizar essa criança com intervenções pedagógicas viáveis a desenvolver esse cognitivo levantei o seguinte questionamento: Quais as práticas pedagógicas adotadas pelo professor para alfabetizar a criança com SD em uma escola de Salvador-Ba?

Assim delineamos o Objetivo geral deste trabalho: Compreender a prática pedagógica de alfabetização da criança com síndrome Down. E, a partir deste mesmo contexto, os objetivos específicos assim se delineiam: conhecer o contexto escolar em relação ao atendimento da criança com síndrome de Down; descrever os procedimentos e recursos alfabéticos adotados pelo professor no processo de aquisição de aprendizagem da criança com síndrome de Down; verificar a formação do professor alfabetizador e sua concepção sobre a temática alfabetização.

Dessa forma, foi adotado como procedimentos metodológicos uma pesquisa com abordagem qualitativa em educação onde buscaremos respostas significativas ao nosso questionamento mediante o problema levantado. Nesta pesquisa, em função da própria natureza do objeto de estudo, faremos um estudo de caso por possuir relevância significativa no meio acadêmico.

Conforme alguns autores “o estudo de caso é o estudo de um caso, seja ele simples e específico” como nos afirma Lukde e André (2002, p.17) ou ainda que é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos aborda Yin (2002, p.32).

A presente pesquisa será realizada em uma escola em Salvador – Bahia de rede privada e os sujeitos dessa pesquisa serão professor e coordenador ambos inseridos no ensino fundamental I. E os instrumentos de pesquisa a ser utilizados, serão entrevista semiestruturada e análise documental.

Nesta pesquisa vamos nos debruçar sobre os dados coletados através de uma entrevista com a professora alfabetizadora, na busca de compreender a prática pedagógica utilizada e suas estratégias de ensino na referida escola. Complementando faremos com a coordenadora da escola, também essa entrevista no propósito de conhecer o PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola e suas abordagens a respeito do tema proposto nessa pesquisa.

Com isso, espera-se encontrar dados sobre como a escola trabalha a alfabetização de crianças com síndrome de Down, buscando em seu PPP se há informações a respeito e de como são contextualizadas, na finalidade de alcançar o objetivo do estudo.

Diante do exposto, após a análise das observações feitas durante a pesquisa, as entrevistas e dos documentos analisados, buscaremos interpretar os dados coletados estabelecendo relações entre os instrumentos utilizados trazendo uma nova perspectiva sobre a temática.

O referido estudo tem desenvolvimento em três capítulos, no capítulo inicial trata sobre a necessidade contribuir por uma educação mais inclusiva, logo após, o segundo capítulo tem como título A prática de alfabetização na perspectiva da educação inclusiva, que aborda um breve histórico da educação especial, com os marcos legais que embasam uma escola para todos, inclusão – para que e por quê, como também síndrome de down: caracterizações, desafios e possibilidades e a prática de alfabetização e o professor alfabetizador.

No terceiro capítulo iremos abordar A alfabetização na perspectiva da educação inclusiva, vem em destaque o contexto da realidade, a alfabetização da criança com síndrome de down e recursos alfabéticos adotados pelo professor no processo de aquisição da aprendizagem da criança com síndrome de down.

Nesse sentido, pretende-se aqui tratar da relevância do processo de alfabetização e da formação desse professor alfabetizador, criando possibilidades de conhecimento sobre as abordagens alfabéticas utilizadas pela escola citada como forma de contribuição no desenvolvimento de crianças com SD fazendo com que as mesmas, inseridas em escola regular, possam ter seus direitos assistidos e garantidos.

Numa perspectiva de construção de uma sociedade mais justa, igualitária, inclusiva, e que o processo de ensino-aprendizagem que atenda a essas especificidades. Espera-se com o desenvolvimento desse estudo contribuir com as discussões na comunidade acadêmica de modo que pessoas com síndrome de Down sejam inseridas na sociedade desmistificando a cultura da exclusão.

2 A PRÁTICA DE ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Neste capítulo a partir da contextualização do breve histórico sobre a educação especial que permeia a estrutura dessa pesquisa, traz conceito e como se faz inclusão, o que é a síndrome de down e suas caracterizações e a prática de alfabetização e o professor alfabetizador. Através da elaboração de uma revisão de obras literárias de alguns autores que são utilizados como referência teórica-conceitual para faremos uma discussão sobre a temática proposta.

2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial é uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com necessidades especiais que ao longo da história vem sendo colocada em pauta desde a década de 60, quando o atendimento educacional às pessoas com deficiência veio disposto através da LDBEN (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que “aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino” (BRASIL, 1961 p.24).

Dez anos mais tarde é promulgada uma nova Lei a de nº 5692/71 que altera a LDBEN de 1961 ao definir tratamento especial, mas ainda não organizando o sistema de ensino para atender a esses estudantes e dando ênfase ao encaminhamento dos mesmos para classes especiais (BRASIL, 1971).

A partir daí o surgimento de novas leis, declarações e decretos passou a garantir a inserção de alunos com necessidades especiais em escolas de ensino regular, assegurando o direito a educação e inclusão social. Abordaremos aqui alguns dos marcos históricos legais, principais Leis e declarações para termos uma melhor compreensão a respeito dos direitos das pessoas com necessidades especiais.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205 e 206 (inciso I), traz a educação como um direito de todos estabelecendo igualdade e condições de acesso na escola, disponibilizando o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, sendo dever do Estado garantir essa acessibilidade a escola e uma educação sem diferenças a todos em idade escolar (BRASIL, 1988).

Na década de 90, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990) e a Declaração de Salamanca (Assembleia representada por 88 governos e

25 organizações internacionais em Salamanca na Espanha, 1994) tiveram forte influência na formulação de políticas públicas da educação inclusiva. Em suma, nos referidos documentos, evidencia-se que as escolas devem receber crianças com especificidades distintas, inclusive as com deficiência e, ainda, oferecer-lhes condições de aprendizagem atendendo às expectativas de desenvolvimento desses indivíduos (SALAMANCA, 1994).

A educação especial reconhecida como modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, ocorre essa idealização em 1994, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) dedica à educação especial os artigos 58, 59 e 60 do capítulo V (BRASIL, 1994).

Nesse período, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial que estabeleceu acesso as classes comuns de ensino regular pessoas com condições de acompanhar e desenvolver atividades propostas a estudantes ditos normais, porém não fazendo mudanças das práticas educacionais mais tendo como responsabilidade a educação desses indivíduos no contexto da educação especial (BRASIL, 2008).

Para assegurar aos educandos com necessidades especiais currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender as suas especificidades, dando o direito de conclusão do ensino fundamental e acelerando o processo de escolarização aos os superdotados, foi instituída a Lei 9.394/96 em seu art. 59 (BRASIL, 1996).

Ainda assim, era necessária construção de escolas inclusivas, garantindo diversidade humana objetivos/metabolismos que favoreçam aos estudantes com deficiência, foi o instituído o Plano Nacional de Educação – PNE, na Lei nº 10.172/2001 (BRASIL, 2001). Vale destacar, em 2007, tem o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação que aborda como eixos a formação de professores para educação especial, acessibilidade arquitetônica em prédios escolares e acesso e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior, como também o acompanhamento do acesso à escola por beneficiados pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) (BRASIL, 2007).

Por sua vez, os ajustes nos sistemas de ensino para matrícula dos alunos com deficiência e outras especificidades nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), passa a vigorar em 2009, com a Resolução nº4 institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (BRASIL, 2009).

Em relação os programas de material didático ficam estabelecidos pelo Decreto nº7084/2010, é pertinente dizer, que todo material didático a ser utilizado por pessoas com necessidades especiais devem ser acessíveis aos mesmos e aos professores da educação

básica, para que possam se preparar igualmente adaptando os programas as suas condições e habilidades (BRASIL, 2010).

Desta forma, com o intuito de promover políticas públicas de inclusão social de pessoas com deficiência, no ano de 2011 foi instituído o Decreto nº 7612 o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, tendo em vista promover o acesso a uma educação de qualidade para esses indivíduos e uma escola inclusiva onde possam ter participação ativa, igualitária e oportuna, deixando evidente que a deficiência não deve ser utilizada como impedimento de realização de sonhos (BRASIL, 2011).

Em 2014 a Lei 13.005, que institui o PNE – Plano Nacional de Educação determinando que os Estados, Distrito Federal e municípios garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, acesso a educação básica e ao atendimento educacional especializado de preferência na rede regular de ensino ou ainda por meio de convênio em instituições especializadas assegurando um sistema educacional inclusivo (BRASIL, 2014).

A fim de assegurar e promover o exercício dos direitos da pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania foi instituída em 2015, a LBI – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que evidencia em seu cap. IV art. 27 o direito a educação e que é dever do Estado, família, escola e sociedade, uma educação de qualidade (BRASIL, 2015).

No ano de 2017 foi então aprovada em 15 de dezembro a Base Nacional Curricular–BNCC, que veio desempenhar um papel fundamental ao explicitar que todos os estudantes devem desenvolver e expressar as aprendizagens essenciais, havendo igualdade educacional onde as singularidades devem ser atendidas e consideradas. O documento complementa um compromisso com os alunos com deficiência reconhecendo a necessidade de práticas inclusivas e diferenciação curricular, trazendo o foco na equidade admitindo cada estudante tem sua peculiaridade (BRASIL, 2017).

Esse conjunto de documentos oficiais relacionados acima, nos traz uma concepção de educação especial de natureza inclusiva, associada à escola comum.

De acordo com Bueno (2016, p.35),

a educação especial tem sido usualmente determinada como a modalidade da educação que se dirige às crianças excepcionais, assim definidas aquelas que, em virtude de características intrínsecas, diferentes da maioria da população, necessitam de processos especiais de educação.

Fundamentados nas leituras das Legislações, é possível destacar que a educação especial está em discussão há tempos, que vem se aperfeiçoando enquanto direitos e deveres para com as pessoas com deficiência e integrando-se nos sistemas educacionais pouco a pouco atendendo a tais especificidades destes indivíduos.

2.2 INCLUSÃO - PARA QUE E POR QUE?

As políticas públicas na perspectiva da Educação Inclusiva conduzem a necessidade de repensar o sentido que se está atribuindo a educação ao falarmos em inclusão, também se faz indispensável uma mudança no paradigma dos sistemas educacionais. E pensar em inclusão não se resume apenas em inserir a criança com deficiência em uma escola, mas realmente em repensar esses paradigmas propostos para ela e o que foi traçado para educação inclusiva.

Sendo assim, educação inclusiva é a participação de todos os estudantes no ensino regular, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social. Já a educação especial, se ocupa do atendimento e da educação de pessoas com deficiência em instituições especializadas (NORONHA, 2008).

Desse modo, Mantoan (2003, p.15) salienta que “A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazendo”. Educação essa que venha com a proposta de ser transformadora, facilitadora e que passe por uma reorganização desse sistema educacional que vivemos exercendo sobre esses sujeitos a função de trazê-los para um contexto social mais igualitário, sem discriminação e que saiam da posição de excluídos.

Numa sociedade inclusiva busca-se reconhecer e valorizar a diversidade, que priorize o acesso e a participação de todos, que possibilite oportunidades independentes das especificidades de cada indivíduo. E assim o paradigma da inclusão vem ao longo do tempo reforçar a não exclusão escolar, propondo ações que asseguram a permanência do aluno com deficiência no ensino regular.

Ainda que prevaleça muitas atitudes de exclusão para com as pessoas com necessidades especiais, o alerta vem sendo dado, as mobilizações sociais de grupos de pais e até educadores estão tendo mais visibilidade e a busca por refazer uma nova educação. E para que essa inclusão aconteça, é necessário respeitar o desenvolvimento do indivíduo, seu contexto social, levar em conta que esse processo tende a atender todos os tipos de crianças, não só as com deficiência.

Nesse sentido, o conceito de inclusão podemos dizer que implica na adaptação da escola para o atendimento às necessidades especiais na sala regular numa mudança de perspectiva educacional que abrange não só apenas esses indivíduos e aqueles com dificuldades de aprender, mas todos os demais para que obtenham êxito em sua vida escolar e possam está inseridos socialmente (MARTINS, 2002).

As quatro fases que ocorreram ao longo do desenvolvimento da história de inclusão/integração educacional Sasaki (2006) explica que a fase da exclusão não havia nenhuma preocupação ou atenção especial com as pessoas com necessidades especiais, eram rejeitadas e ignoradas pela sociedade.

Sasaki (2006) denominou a segunda fase da segregação institucional, pessoas com necessidades especiais eram afastadas das famílias e recebiam atendimentos em instituições religiosas ou filantrópicas, as quais surgiram as primeiras escolas especiais e centros de reabilitação. Por sua vez, a fase da integração algumas pessoas com necessidades especiais eram encaminhadas às escolas regulares, classes especiais e salas de recursos, após passarem por testes de inteligência, os alunos eram preparados para adaptar-se à sociedade.

Já a fase da inclusão todas as pessoas com necessidades especiais devem ser inseridas em classes comuns, sendo que os ambientes físicos e os procedimentos educativos é que devem ser adaptados aos alunos, conforme suas necessidades e especificidades (SASSAKI, 2006).

Desse modo, a integração é um movimento que se faz necessário pondo em prática o processo de inclusão dessas crianças de forma gradativa fazendo um ambiente menos restritivo e de possível acessibilidade, atendendo as especificidades de cada uma. Martins (2002, p.39), traz que “A integração escolar é percebida, em inúmeras definições existentes, sempre como um processo que tem por objetivo o oferecimento de um atendimento escolar compatível com as necessidades das crianças, num ambiente comum de ensino”.

Partindo dessa afirmação, fica exposto que para inclusão acontecer é necessária uma reorganização do sistema educacional, desconstruindo assim a cultura de exclusão enraizada no próprio sistema. Isso implica também em mudanças de atitude e na prática pedagógica dos professores, como também uma organização e gestão da escola como instituição conforme Riberiro e Baumel (2003).

Nesse contexto, fica explícito que a formação do professor, as mudanças nas práticas pedagógicas, a reorganização do sistema e sua preparação para receber a criança com necessidade especial vai gerar grandes discussões, pois o mesmo precisa ser preparado para que atenda tais expectativas centradas nessas características. Para Bueno (2016, p.135), a

questão da preparação do professor da classe regular na perspectiva da inclusão, ainda vai permanecer a necessidade do concurso conjunto de professores especializados, mesmo que o sistema atinja níveis elevados de qualidade.

A criança com deficiência numa sala de aula não garante a inclusão, e sim quando é possível atingir todos os alunos que não tenham êxito escolar, melhorando a qualidade de ensino de acordo suas capacidades e habilidades participando de atividades propostas pelo professor saindo desse sentido de apenas ter oportunidade de esta na escola.

A sociedade atual está vivendo um momento de transição entre integração e inclusão destacado por Sasaki (2006), portanto é compreensível que esses processos ainda estejam ligados por mais algum tempo, mas pressupondo que a inclusão domine o sistema educacional.

Desta forma, analisar os conceitos expostos pelos autores e suas perspectivas mediante a inclusão, do que trata a educação inclusiva e o que venha ser integração, é rever conceitos a respeito de qual educação estamos traçando para que as crianças com necessidades especiais tenham acessibilidade a uma educação para todos. Algumas razões pela qual a criança deve estar inserida no contexto escolar, o quão importante para seu desenvolvimento é a escola e o que lhe proporciona enquanto pessoa, independentemente de suas limitações (MARTINS, 2002).

2.3 SÍNDROME DE DOWN: CARACTERIZAÇÕES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Desde o século XIX, documentos científicos registram a existência de pessoas deficientes mentais, estes eram percebidos como único grupo e não tinham tratamentos específicos, em 1838 possivelmente ocorreu a primeira descrição de uma criança com síndrome de down. No entanto, após muitas pesquisas o inglês John Langdon Down, foi quem primeiro reconheceu e registrou a existência de pessoas com deficiência mental e descreveu um conjunto sintomatológico que caracteriza a síndrome. O mesmo criou o termo mongolismo devido a semelhança que pessoas com a síndrome apresentavam a indivíduos asiáticos (MARTINS, 2002).

E então o que seria a síndrome de down que destaca indivíduos com características físicas atípicas e uma deficiência intelectual a qual limita seu desempenho social e sua aprendizagem?

A síndrome de Down se caracteriza, em sua etiologia, por ser uma condição genética decorrente de alteração no cromossomo autossômico de número 21, em que a pessoa não

possui 46 cromossomos em suas células, e sim, 47. Nesse processo biológico de divisão e multiplicação celular ocorre a triplicação da célula ao invés da duplicação do material genético referente ao cromossomo, ocorrendo danos sérios como nascimento de pessoas com deficiência ou abortos espontâneos (BISSOTO, 2005).

Isso equivale, um conjunto de sinais e sintomas que caracterizam um atraso no desenvolvimento das funções motoras e mentais, dentre as quais podemos citar algumas para melhor compreensão como: lentidão no crescimento, tendência a obesidade, mãos pequenas e grossas, hipotonia muscular, baixa defesa contra infecções, cardiopatia, disfunções visuais além de outras alterações no organismo (SCHWARTZAN, 2003).

Diante disso, podemos perceber que a síndrome de down não é uma doença e sim uma condição de vida onde o indivíduo tem seu estado biológico alterado em decorrência a uma anormalidade cromossômica podendo se desenvolver, embora de uma forma mais lenta e atendendo as suas necessidades.

Segundo Martins (2002, p.63), “em decorrência de suas limitações específicas, a criança com Síndrome de Down necessita ultrapassar uma série de obstáculos para atingir o desenvolvimento de determinadas habilidades”. Essas considerações são extremamente relevantes, pois esses sujeitos desde os primeiros dias de vida precisam ter uma estimulação essencial para que alcancem um desenvolvimento significativo.

O aspecto cognitivo e o processo de aprendizagem da pessoa com SD ocorrem uma lentidão devido às mudanças provocadas em seu sistema nervoso, sendo assim, as variações linguísticas que utilizamos socialmente, a criança assimila de forma gradativa e com o estímulo de um trabalho pedagógico e terapêutico (SCHWARTZAN, 2003).

Tempos anteriores eram consideradas seres limitados e incapazes de aprender e atualmente existem estudos a respeito, sobre o seu desenvolvimento intelectual, forma de aprender sendo necessário um trabalho de inclusão na escola. Ressalta-se nos anos iniciais que a criança adquire seus primeiros aprendizados e isso não é diferente para com as crianças com SD.

Conforme Martins (2002, p. 63),

a educação desses indivíduos, desde a fase inicial de vida, implica numa ação planejada, sistemática, que vai envolver: a avaliação da criança e de sua família; a organização de um programa de intervenção adequado às necessidades individuais, com a colaboração efetiva da família (especialmente a mãe); a avaliação contínua do progresso da criança e da eficácia do programa.

É evidente que para efetivação da inclusão de uma criança com SD, deve promover um conjunto de ações envolvendo todo contexto em que vive para que possa ter êxito no desenvolvimento intelectual e social. O ingresso dessa criança na escola e sua permanência significam mudanças de condições de seus hábitos, como é o caso de isolamentos ou exclusiva dependência do adulto para realização de determinadas atividades. O processo educacional, o beneficiará no sentido da construção de uma vida social, oportunizando a convivência com outras pessoas e contribuindo para maiores condições de aprendizado.

Diante do exposto, afirma Bissoto (2005, p. 86):

A ação educacional ou terapêutica adotada em relação a pessoa com SD precisa levar em consideração a concepção de que há necessidades educacionais próprias de aprendizagem relacionadas a especificidade resultantes da síndrome, que devem ser investigadas, reconhecidas e trabalhadas através de técnicas apropriadas [...]

Nesse sentido, as práticas pedagógicas oferecidas a essas crianças precisam estar caracterizada as suas especificidades, atender as suas necessidades e adaptado o currículo em meio a facilitar e reforçar o progresso desses indivíduos.

A criança com SD é caracterizada por ter um ritmo de aprendizagem mais lenta, tem uma idade cronológica diferente a idade funcional, como também não desenvolvem estratégias espontâneas. Outras características que acometem a criança com Down são: alterações auditivas e visuais, assim como a evolução de funções específicas como linguagem, percepção, esquema corporal, orientação têmporo-espacial e lateralidade (SILVA, 2002).

Nessa perspectiva, o professor em sua práxis deve manter um aprendizado que venha sempre do concreto, ressaltando que isso vale para todas as crianças, em um contexto real para que perceba que houve significado, pois as mesmas não absorvem um número expressivo de informações. Além de adaptações curriculares que atenda a tais necessidades e favoreça seu processo de aprendizagem, dando enfoque na participação e na dinâmica em sala de aula.

Vale ressaltar, para a importância da tríade escola, família e terapia para obtenção de resultados no período de inclusão escolar. Pois ao longo dessa caminhada da criança com SD, é imprescindível a estimulação precoce logo mesmo ao nascer, a interação criança com a família, até porque é o primeiro contato de relação afetiva ao qual ela tem, sendo fundamental a atuação dos pais nesse percurso.

A importância da frequência nas terapias para que haja um melhor desenvolvimento também é um fator importante no decorrer do aprendizado. Precisam ser acompanhados por profissionais especializados, variando a duração de criança para criança, a fim de dar uma continuidade a essa estimulação tão essencial. Como também nas salas de atendimento

educacional especial (AEE), onde disponibiliza acesso aos estudantes no horário oposto ao que estudam, com a finalidade de potencializar conteúdos trabalhados em sala de aula (BRASIL, 2008).

Na busca de compreender a realidade das limitações desse educando, o professor tem a possibilidade de adequar métodos, elaborar um planejamento que esteja no nível de desenvolvimento do mesmo e compensar a aprendizagem conforme suas especificidades. A importância de não manter receitas prontas é essencial diante de que cada criança é um ser único, que necessita ser aceito, compreendido e trabalhado (MARTINS, 2002).

2.4 A PRÁTICA DE ALFABETIZAÇÃO E O PROFESSOR ALFABETIZADOR

A alfabetização é uma etapa indispensável na formação intelectual da criança. Nos dias de hoje ser alfabetizado, isto é, saber ler e escrever tem sido condição relevante para se viver em uma sociedade com as mais diversas situações do cotidiano. Tornando-se indispensável refletir sobre esse processo de alfabetização e as práticas desse professor alfabetizador.

No entanto, o que seria alfabetização se não a aquisição da escrita e das habilidades de leitura nos diz Soares (2007), que ainda nos fala desse processo como sendo um conjunto de habilidades, que torna o indivíduo capaz de ler e escrever isso implica que ao ser alfabetizada a criança desenvolverá não só uma habilidade, mas um conjunto delas.

Conceituando a fase inicial da aprendizagem da criança, Ferreiro (2001) afirma que existe uma relação entre o método utilizado e a maturidade da criança, nos dando a compreensão de que o momento de uma criança não seja o mesmo da outra, levando em consideração suas peculiaridades e habilidades.

Para tanto, exige-se do educador a utilização de múltiplas estratégias de alfabetização que já interfere em mudanças desde o ambiente em que a criança está inserida, que de acordo o Referencial Nacional Curricular para Educação Infantil, um ambiente alfabetizador é quando promove um conjunto de sugestões de usos reais de leitura e escrita, das quais a criança tem oportunidade de participar (BRASIL, 1998). Como também, as atividades aplicadas em sala de aula estimulem a percepção da criança para construção de suas hipóteses e o reconhecimento de uma aprendizagem significativa.

A criança para construir seu conhecimento passa por várias etapas na vida até conseguir identificar as primeiras escritas e fazer a leitura de alguns códigos, mesmo antes de ir à escola ela já traz consigo informações que adquire em seu meio social. É no âmbito

escolar onde ela desenvolve e reforça sua maneira de aprender, fazendo o reconhecimento daquilo que já era algo familiar e faz parte de seu cotidiano.

É na alfabetização que esse momento de construção do conhecimento se concretiza, é uma etapa indispensável na qual a criança aprende da forma mais simples a complexa, que vai do aprendizado das letras até a leitura de textos (BARBOSA, 1994). Através desse processo compreende-se a prática pedagógica como ação do professor no espaço sala de aula tornando esse indivíduo capaz de ler e escrever.

De acordo Soares (2016, p. 24),

[...]a formação do alfabetizador – que ainda não se tem feito sistematicamente no Brasil – tem uma grande especificidade, e exige uma preparação do professor que o leve a compreender todas as facetas (psicológicas, psicolinguística, sociolinguística e linguística) e todos os condicionantes (sociais, culturais, políticos) do processo de alfabetização.

Partindo desse contexto, é necessária essa sensibilidade e uma formação adequada do alfabetizador quando a criança começa a desenvolver consciência entre o pensamento e linguagem, onde dá início ao desenvolvimento de suas habilidades e seu cognitivo.

No entanto, de acordo Soares (2016, p.25), “é preciso ter vários métodos para alfabetizar”. Assim, entende-se que a exigência por metodologias diferenciadas passa a ser muito maior quando se leva em conta as especificidades de cada criança e o seu momento de aprendizado que pode acontecer de diversas maneiras.

A escolha desse método a ser trabalhado para que o processo de alfabetização consiga ter resultado e ser significativo, também precisa estar atrelado aos saberes de cada criança, o que cada um traz em suas vivências.

No Brasil os métodos de alfabetização mais utilizados são o tradicional que equivale ao analítico e o sintético, ambos levam a criança à compreensão de uma correspondência entre os signos da escrita e os sons (BARBOSA, 1994). Desse modo o método sintético se caracteriza por partir da unidade menor para maior, ou seja, apresenta primeiro a letra até chegar na palavra e o analítico caracteriza-se por partir de uma unidade que possui significado (MENDONÇA 2007).

Abordando alguns métodos para uma compreensão mais objetiva na pesquisa, o método fônico evidencia-se em meio ao contexto escolar como sendo aquele que trabalha primeiro o fonema, partindo da sílaba nasalizada e não do fonema para fazer a correspondência entre a leitura e escrita (MENDONÇA, 2007). E já no método construtivista

o sujeito constrói o conhecimento em sua relação com o meio passando por diferentes estágios (PIAGET, 1998).

No processo de alfabetização Ferreiro e Teberosky (1985) explicam o processo evolutivo da escrita e da construção da base alfabética, sendo assim o quadro 1 vem ilustrar sobre os cinco níveis:

Quadro 01: Processo evolutivo da escrita e da construção alfabética

NÍVEL	IDADE	CARACTERIZAÇÃO
Nível 1	1 a 3 anos	Primeiras garatujas
Nível 2	3 a 4 anos	Grafismo
Nível 3	4 a 5 anos	Fonetização da escrita
Nível 4	5 a 6 anos	Silábica para alfabética
Nível 5	7 a 8 anos	Escrita alfabética

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O professor alfabetizador deve saber o nível alfabético em que a criança se encontra, para que seu planejamento e sua prática de alfabetização utilizem de um planejamento de acordo o nível da turma, baseado na realidade concreta de seus alunos e conforme os meios que estejam disponíveis para realizar seu trabalho. Mas também não deixando de se atentar a sensibilidade e percepção enquanto educador, adequando suas práticas e proporcionando uma aprendizagem significativa.

Para tal, esse educador tende a trazer consigo a pesquisa como base de seu trabalho, pois o mesmo passeia pelas metodologias a fim de adequar suas atividades e propostas pedagógicas que se encaixem em seu contexto escolar, na busca de ter desenvolvido nesses sujeitos suas potencialidades.

Diante disso, afirma Martins (2002, p.71):

enfim, as metodologias utilizadas em sala de aula, para serem eficazes e ajudarem a alcançar os objetivos propostos, devem ser variadas e flexíveis, adaptáveis à diversidade dos conteúdos e dos alunos em geral e, não apenas, aqueles que possuem deficiências – porque todos eles...”são diferentes e devem ter respostas distintas”(Blanco, op.cit.,p.314).

Entretanto, pensar na proposta de inclusão não se resume apenas em inserir a criança na escola, mas na mudança de postura e nas formas de enxergar essas crianças mediante a

sociedade, tentando minimizar as atitudes de exclusão enraizadas no contexto social em que vivemos.

Sabemos que o processo de alfabetização não é uma tarefa fácil, tanto para o alfabetizador quanto para o aprendiz, seja ela uma criança com deficiência ou não. E escola precisa se adaptar as especificidades do aluno, indo muito além de apenas sua permanência na escola, mas na tentativa da construção um trabalho voltado a diversidade.

Para tanto, possibilidades de conhecer essas formas de alfabetizar e de como esse processo se dá em meio a tantas controvérsias quanto as pessoas com necessidades especiais nos aproxima de uma realidade que está sendo investigada e pesquisada de forma relevante para o meio acadêmico como forma de se buscar a melhor compreensão para a temática proposta nesse trabalho.

3 A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN

Neste capítulo vamos apresentar a coleta de dados realizada em uma escola privada em Salvador – BA, em que utilizamos como instrumento entrevista semiestruturada, tendo como sujeitos participantes da pesquisa uma professora e uma coordenadora pedagógica, as quais realizam um trabalho educativo de alfabetização.

3.1 CONTEXTO DA REALIDADE

O município de Salvador – BA está situado na microrregião homônima, é uma metrópole nacional com uma população estimada em 2.857.329 milhões de habitantes, sendo o município mais populoso do Nordeste. Atualmente possui 693,831 km² de área territorial.

O lócus de pesquisa é uma escola da rede privada do município de Salvador-BA, fundada em três de outubro de 1979, com um quadro de oitenta e seis funcionários e atende crianças de um ano e quatro meses até dez anos em período diurno ou integral.

Este capítulo apresenta informações sobre o cenário identificado na pesquisa, realizada com os indivíduos que tem como questão central: quais as práticas pedagógicas utilizadas pelo professor para alfabetizar uma criança com síndrome de down em uma escola de Salvador-BA.

O aprofundamento da pesquisa foi instituído com base nas informações mencionadas pela coordenadora pedagógica e professora de uma escola que atende da educação infantil ao ensino fundamental I. Os instrumentos para coleta de dados foram: entrevista semi estruturada e análise documental. As falas dos profissionais que aparecem na pesquisa serão nomeadas por coordenadora Y e professora X para garantir sigilo de sua identificação.

A coleta foi realizada no período de 11/03 a 29/04, através do qual foi possível perceber a disponibilidade dos profissionais em colaborar com a pesquisa. A instituição funciona nos turnos matutino e vespertino, é bem localizada e tem uma ótima estrutura. A referente escola possui vinte e duas salas de aula, uma sala de informática, um laboratório, uma sala de inglês, três salas bilíngue, uma sala de balet, uma refeitório, oito banheiros, duas quadras, cozinha e piscina.

Nesse contexto de pesquisa, primeiramente buscou-se identificar, através de entrevista, o perfil de formação do coordenador e do professor, os quais responderam o quadro a seguir:

Quadro 2: Caracterização dos participantes do estudo.

PERFIL	FORMAÇÃO	TEMPO DE DOCÊNCIA	CURSO DE ATUALIZAÇÃO
Professor X	Pedagogia	Acima de 20 anos	Sim
Coordenador Y	Pedagogia Especializada em educação especial	Acima de 20 anos	Sim

Fonte: Elaborado pela autora

No quadro acima, percebe-se que os professores tem formação em Pedagogia com especialização na área de educação especial e a mais de vinte anos atua no âmbito educacional. Suas formações se aproximam ao debate que propomos neste trabalho, nos levando a compreender que, se referindo ao atendimento as crianças com necessidades especiais, o profissional tem uma ampla visão relacionada à temática.

Também consta no quadro 01, o professor formado em Pedagogia afirma não ter qualificação em educação especial, porém deixa claro que a escola promove ações de formação para capacitá-lo. Isso demonstra a necessidade de qualificação e a preocupação da escola em preparar seus docentes para atuarem com qualidade, de forma a assegurar que estes possam ter uma vasta visão sobre questões relacionadas à educação especial.

Dessa forma, sobre a formação do docente podemos dizer que a necessidade em se capacitar para que haja um atendimento qualificado, onde o olhar pedagógico seja mais abrangente e focado é de extrema relevância.

Sobre isso, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, BRASIL 1996, p. 33):

determinou aos educandos com necessidades especiais deveria ser assegurada a presença de “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns.

De acordo a lei, o professor deve este capacitado para o atendimento a crianças com necessidades especiais, porém essa caminhada pela formação ainda é lenta. Iniciativas de capacitação têm sido as mais diversas, cursos e formações continuadas é o que são oferecidos aos docentes diante as demandas que surgem no contexto escolar.

3.2 ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN

De forma a compreender como se dá esse processo de alfabetização da criança com SD na escola pesquisada, foram feitos questionamentos aos profissionais de educação referente ao entendimento sobre educação especial e educação inclusiva, em que os mesmos responderam que entendem que a educação especial é uma modalidade de ensino ao qual faz parte do contexto escolar em que vivem e que educação inclusiva é o que já fazem na escola quando recebem alunos com necessidades especiais, propiciando aos mesmos um desenvolvimento significativo.

Sobre seu entendimento sobre as Leis de educação especial os entrevistados disseram que fazem o que é legal, que todo trabalho da escola e o que desenvolvem na mesma são baseados e norteados nas leis.

São profissionais de educação e sabem que, precisam desenvolver as potencialidades dessas crianças, mas o que não pode acontecer é uma inclusão de matrícula, matrícula obrigada. (Coordenado Y)

De acordo relato dos entrevistados, a inclusão deve acontecer sem algo obrigatório, já que o direito a educação é para todos e que não faz separação, todas as crianças são especiais. Desta forma, a inclusão implica mudar a perspectiva educacional, pois não atende apenas alunos com deficiência e os que têm dificuldade de aprender, mas todos os demais para obtenção de sucesso na corrente educativa (MANTOAN, 2005).

Baseado nessas concepções entende-se que a escola pesquisada norteadas pelas leis, adaptou-se às necessidades e especificidades do aluno buscando ir muito além de sua permanência na escola. Procurou desenvolver um trabalho que mudasse o conceito do processo de ensino aprendizagem, valorizando as diferenças e oferecendo a esses sujeitos o que lhe é de direito.

Nota-se que a escola esta preocupada todo tempo com o que se propôs a fazer em relação a uma educação de qualidade quando questionada sobre o planejamento feito para o desenvolvimento das práticas em sala de aula. Foi relatado que o mesmo é feito, mas não específico para o atendimento a crianças com necessidades especiais e sim a todas as crianças, porém dosado de acordo a especificidades de cada uma, preocupando-se com o que ela precisa se apropriar e de acordo ao currículo adaptado que a escola tem como base.

A partir desse pressuposto, sobre as atitudes, a escola promove para uma educação inclusiva e diante disso evidencia-se que todo trabalho desenvolvido pela mesma é voltado

para uma intervenção diversificada e individual, todas as ações são destinadas para todos (coordenador Y).

Segundo Martins (2005, p.66).

De forma idêntica a todas as crianças, a entrada na escola regular representa um passo muito importante, a abertura para outras vivências, para um mundo totalmente novo, diferente...ou seja, uma criança a mais, com sua singularidade, dentro de um grupo de pessoas também singulares, com necessidades específicas.

Diante disso, analisamos a importância da criança com SD ser inserida no contexto escolar, pois a partir daí começa a vivenciar em outro meio, que vai favorecer o seu desenvolvimento e aumentar o seu convívio social. Como também, esse convívio vai ajudar no momento de ensino-aprendizagem, oferecendo condições favoráveis e significativas no momento de escolarização dessa criança.

As contribuições dos profissionais em sua concepção sobre alfabetização disseram acreditar que não é um momento, começa desde os anos iniciais, até porque a criança já vem de casa com alguma bagagem e chega à escola com informações de seu contexto social (professor Y). Para que esse processo de aprendizado aconteça, é preciso utilizar-se de um método como também permear pelos demais afim de que consiga alfabetizar a criança.

Desse modo, no que se refere a quais dificuldades foram encontradas para alfabetizar a criança com SD, foi relatado que não houve nenhum tipo de dificuldade em relação ao atendimento a essas crianças, pois as mesmas são iguais a qualquer pessoa e que a percepção de cada etapa da alfabetização se torna um trabalho muito mais bonito, dando prazer em alfabetizar. E ainda falando sobre essas dificuldades foi apresentado a mais evidente pelas entrevistadas:

A maior dificuldade encontrada é a posição da família para com essa criança, a visão que tem em relação ao desenvolvimento, as parcerias família, terapia e escola. A criança que não tem suporte familiar não tem como se desenvolver. Quando a família acredita, o trabalho fica mais fácil. (Professor X)

No entanto, sabemos que a realidade desse processo inclusivo ainda é diferente, consiste antes de tudo na aceitação familiar e na valorização das diferenças. Também em um resgate de valores culturais, pois durante muito tempo viveram a sua negação diante a sociedade. Porém, há fatores sociais muito importantes, pois não é a síndrome de down a principal dificuldade, a que mais se evidencia e sim o ambiente familiar (MARTINS, 2002 p. 56)

3.3 RECURSOS ALFABÉTICOS ADOTADOS PELO PROFESSOR NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM SD

Neste tópico iremos abordar as práticas pedagógicas adotadas pela escola para atender as especificidades da criança com SD, o que professor faz em sala para esse aluno ser alfabetizado e como avalia essas práticas. De acordo relatos, os professores revelam que a mesma trabalha com base na consciência fonológica, mas que permeando por outros métodos até que essa criança aprenda.

No que se refere às práticas de alfabetização, o professor X se utiliza de vários métodos, não deixando de utilizar a que esta proposta pela escola, o método fônico, que na aprendizagem da leitura o foco não esteja apenas na atenção e memória, mas também na consciência fonológica (TEBEROSKY E COLOMER, 2003). Portanto, deixa evidente que para esse processo ocorrer de forma significativa busca alternativas em que a criança possa se apropriar do aprendizado.

De acordo Teberosky e Colomer (2003, p.93), compreendem que o “termo consciência fonológica é usado para referir-se à capacidade de segmentar e analisar as palavras em fonemas”. É ouvindo e diferenciando os sons que a criança consegue ter consciência das menores unidades das palavras, através de maneiras lúdicas e sistemáticas aprende as letras e em seguida as unem na formação da sílaba até compor palavras.

Para isso, intercala esse momento com outras práticas pedagógicas até que tenha êxito no ensino aprendizagem dessa criança e busca a utilização de outros métodos como, por exemplo, a casinha feliz equivale ao método sintético, entre outros (PROFESSOR X).

Entretanto, é importante se apropriar de outros métodos para que esse processo aconteça consciente de que a utilização deste é variável de acordo a singularidade de cada criança. E saber diferenciar cada um, conhecendo seu contexto e adaptando de forma coerente ao atendimento de cada criança.

E ao ser questionado sobre o que é feito em sala de aula para esse aluno ser alfabetizado, foi relatado que o possível para que esse processo aconteça. Desde o currículo adaptado, a intervenções individuais, pois nem toda criança consegue trabalhar no coletivo. Ainda utiliza-se de atividades diferenciadas, recursos que partem do concreto onde possam manusear como: jogos e vários tipos de linguagem, atividades digitadas, pinturas, enfim permite ao aluno estimulação diferenciada que possibilite um melhor desenvolvimento do mesmo e a compreensão do sistema alfabético.

De acordo o RCNEI (2001, p.23), “educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens organizadas em função das características infantis, de forma a favorecer o desenvolvimento da aprendizagem”. Na criança com SD seu ritmo de aprendizagem é mais lento e propiciar um ambiente com atividades lúdicas para melhor estimulá-los é função dos pais e educadores visando prepará-los para habilidades mais complexas.

Dando prosseguimento, os entrevistados avaliam as práticas de alfabetização adotadas pela escola para o atendimento a criança com SD muito eficientes e entendem ser uma prática inclusiva, pois vários alunos já foram alfabetizados e a escola trabalha com crianças não apenas a questão da educação especial.

Nessa perspectiva, Ferreiro (2000, p.31) afirma que “nenhuma prática pedagógica é neutra. Todas estão apoiadas em certo modo de conceber o processo de aprendizagem e o objeto dessa aprendizagem”. Isso nos mostra que a prática utilizada pelo professor entrevistado passa a ser inclusiva pela maneira como ele a direciona em sua práxis, como desenvolve as atividades propostas pelo método as adaptando a singularidade de cada criança.

Ainda, falando sobre as práticas de alfabetização nessa escola os professores revelam as limitações que passam em relação esse processo de escolarização e apontam a questão de aceitação da família como a maior delas. Para as entrevistadas, não é questão de ter SD e sim da família acreditar no potencial da criança, de dá o suporte necessário, de ter parceria com a escola, para essa criança se desenvolver uma delas complementa “o infinito é o limite, nos barra quando a família não acredita” (Coordenador Y).

A família é uma parceria importante nesse processo de escolarização da criança, pois é no seio familiar que o sujeito passa a maioria do seu tempo. Nesse contexto a influencia de um ambiente estimulador, uma relação de dedicação é um suporte necessário para desenvolver-se. Na escola, a criança passa um período do seu tempo, onde também precisa de certos cuidados e atenção diante as suas necessidades, mais em meio a família que ele estabelece uma relação de confiança e autoconhecimento para inteirar-se em meio social (SILVA, 2002).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão em foco nesse trabalho foi investigar como se deu o processo de alfabetização da criança com SD e o que seu contexto escolar oferecia para que fosse obtido êxito nesse andamento. Foi perceptível na construção deste, que a escola já oferece um atendimento a crianças com necessidades especiais, deixando evidente que seu trabalho é voltado para crianças como um todo.

Entretanto, seu corpo docente mesmo não tendo alguma formação específica na área de educação especial passa por terapias de grupo sendo preparados emocionalmente e psicologicamente, fazem estudos de caso e são ministradas oficinas mostrando dar todo suporte necessário aos educadores.

Observou-se que esse suporte dado pela escola é de grande importância para os educadores, pois os mesmos afirmam ser preparados para receber os alunos com deficiência, não chegam à sala de aula e se deparam com tal situação sem ter sido comunicado. Mas isso não impede que seu trabalho seja desenvolvido de forma a atender as expectativas de todos, não só daqueles que necessitam de uma atenção a mais na hora do aprendizado. Ficou evidente através dos relatos que é uma escola para todos e que o professor dá o seu melhor proporcionando ao educando formação necessária para seu desenvolvimento.

Foi verificado também que a escola não tem um planejamento específico para atender a essas crianças com necessidades especiais, mas um plano único. Este se diferencia no momento do desenvolvimento das atividades propostas, em que são inseridas intervenções diversificadas. Ficou claro que uma educação igualitária, onde haja inclusão de verdade, não há separação, mas uma educação cada vez mais inclusiva.

Através dos dados aqui analisados ficou evidente que não foi difícil o processo de alfabetização dessa criança, pois a mesma foi estimulada a ponto de que seu desenvolvimento e aprendizado ocorressem de forma prazerosa para ambas as partes, até porque foram várias crianças alfabetizadas nessa escola.

Nota-se que o diferencial está nesse acompanhamento de cada etapa da alfabetização, onde cada criança compõe o seu currículo e transcende essa etapa de formação inicial, pois carregam consigo durante as outras fases da escolarização. E isso ficou claro que independe de sua especificidade, até porque todos tem alguma habilidade específica a ser estimulada e se há um propósito enquanto educador, que seja o de ensinar.

Ficou evidente nessa pesquisa, que é preciso realmente começar a repensar nessa educação diferenciada, escolas como essa precisam estar no contexto social mostrando seu trabalho para que outras instituições possam elevar-se no nível de desenvolvimento de ensino aprendizagem com mais igualdade.

Há uma busca inconstante por amenizar os questionamentos envolvidos a criança com SD e foi perceptível através desse estudo que vários fatores estão atrelados ao desenvolvimento desses indivíduos, e um deles é a questão familiar. A família precisa andar de mãos dadas com a escola, ser parceira e interferir com outros profissionais específicos para que essa criança seja capaz de vencer os obstáculos e desafios que lhes são propostos, pois é através do estímulo precoce que isso acontece, desde estar matriculada na escola em anos iniciais, passando por terapias que vão influenciar no desenvolvimento motor e psíquico, como também assistido pela família que é seu primeiro convívio social.

Diante do exposto, o trabalho desenvolvido pela escola pesquisada vai além dos métodos, existe um processo de busca constante pelo aprendizado. Isso se dá pelo comprometimento da mesma e de seu corpo docente, através da diversidade de sua prática e da valorização das diferenças através da convivência com outras crianças.

Com isso, reforço à ideia de uma escola para todos e inclusiva, que planeje pensando no educando e em seu contexto de vida, onde o mesmo venha a aprimorar seu conhecimento e vivenciar novas experiências, que possibilitem ser autônomo e independente.

Esse estudo demonstra que qualquer outra criança que tem dificuldades e algumas limitações, como a criança com SD, também pode desenvolver-se e apropriar-se de conhecimento, que tem capacidade de desenvolver seu cognitivo e suas habilidades, que o processo de alfabetização pode ocorrer sim e que acreditar no seu potencial é de extrema relevância para que isso aconteça. E ainda que a família tem papel crucial no desempenho dessa criança, pois é no convívio familiar que aprende as primeiras noções de vida.

Por todos os aspectos estudados, espera-se um olhar mais crítico e observador para as práticas utilizadas em meio ao contexto educacional para atender crianças com SD, no propósito de repensar na educação que queremos oferecer. Como também na relevância social que a pesquisa traz intencionalmente no intuito de sensibilizar família e profissionais para um olhar mais importante em questão dessa parceria. Assim, acredita-se na perspectiva de uma escola inclusiva, de um sonho a se realizar.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio**. Rio de Janeiro: Walk Ed., 2005.

BISSOTO, M. L. O desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do portador de Síndrome de Down: revendo concepções e perspectivas educacionais. **Ciência & Cognição**, ano 2, v. 04, março 2005. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org>. Acesso em: 12 jan. 2018.

BUENO, J. G. **Educação especial brasileira: questões conceituais e de atualidade**. 1ª reimp. – São Paulo: EDUC, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. BRASIL.

BRASIL. Ministério da Educação. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Câmara de Educação Básica. Decreto Nº 6.571/2008.

BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN** (Lei nº 9.394/96) Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação: **Diretrizes Nacionais para educação especial na educação básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação: **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 2001. v. 01.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: 2008.

Disponível <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf> Acesso: 20 de maio de 2018.

BRASIL. **Resolução Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf

BRASIL, 2015, **Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 20 de dezembro de 2018.

BRASIL. **Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências (PNE). Brasília, DF: 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2019.

BRASIL. **Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 17/02/2019.

BRASIL. **Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: 1971. Disponível em: ww2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html Acesso: 10 maio de 2019.

BRASIL. **Decreto Lei nº 7.084 de 27 de janeiro de 2010**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3177-decreto-n%C2%BA-7084-de-27-de-janeiro-de-2010> Acesso: 15 de maio de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. Acesso: 15 de maio de 2019.

BARBOSA, J. J. **Alfabetização e leitura**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização**. 24 eds. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRO, E. & TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 eds. – São Paulo: Atlas, 2002.

LUKDE, M.; ANDRÉ, M., E. D. A. **Pesquisa em educação: Abordagem Qualitativa**. 2 eds. São Paulo: E.P.U, 2002.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?** 1 ed. São Paulo: Moderna, 2013.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MARTINS, L. de A. R. **A inclusão escolar do portador da síndrome de Down: o que pensam os educadores?** Natal (RN): EDUFRRN, 2002.

MENDONÇA, O. S. **Percurso Histórico dos métodos de Alfabetização**. Faculdade de Ciências e Tecnologia – Departamento de Educação. 2011. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/40137> Acesso: 15 de fevereiro de 2019.

NORONHA, E. G.; PINTO, C. L. **Educação Especial e Educação Inclusiva: aproximações e convergências. Artigo SEDUC**. Cuiabá- MT, 2014. Disponível em: http://www.catolicaonline.com.br/semanapedagogia/trabalhos_completos. Acesso: 19 de maio 2019.

PIAGET, J. **A psicologia da criança**. Ed Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

RIBEIRO, M. L. S.; BAUMEL, R. C. R. de C. **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2013.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SILVA, R. N. A. A educação especial da criança com Síndrome de down. In.: BELLO, José Luiz de Paiva. **Pedagogia em Foco**. Rio de Janeiro, 2002.

SOARES, M. **Alfabetização e Letramento**. 5 eds. São Paulo: Contexto, 2007.

SOARES, M. **Alfabetização: A questão dos métodos**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2016.

SCHWARTZMAN, J. S. et al. **Síndrome de down**. 2 ed. 324p São Paulo: Memnon: Mackenzie, 2003.

TEBEROSKY, A.; COLOMER, T. **Aprender a ler e escrever: uma proposta construtivista**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990.

VICTOR S. **Síndrome de Down: Por dentro da mente. Ler & Saber**. São Paulo. v. 1. a. 1. p. 6 - 47, 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4 eds. Porto Alegre: Bookman, 2001.

3. A quanto tempo o senhor (a) fez o curso de atualização? _____

Se sim, qual e há quanto tempo? _____

4. A escola possui PPP?

() Sim () Não

5. No PPP há uma atenção específica para as demandas do processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades especiais?

DADOS ESPECÍFICOS:

1. O que entende por Educação especial e Educação inclusiva?

2. Qual conhecimento o Senhor(a) tem sobre as Leis de Educação especial?

3. A escola possui algum planejamento de Educação especial? Como esse planejamento é feito? E quais atitudes a escola promove para uma Educação inclusiva?

4. Qual a sua concepção sobre alfabetização? Quais as dificuldades encontradas para alfabetizar a criança com Síndrome de down (SD)?

5. Quais são as práticas pedagógicas adotadas pela escola para atender as especificidades da criança com SD? O que você faz em sala para esse aluno ser alfabetizado?

6. Como o Senhor(a) avalia essas práticas pedagógicas de alfabetização para o atendimento a criança com SD? O senhor (a) acha ser uma prática inclusiva? Na sua visão de educadora, essas práticas de alfabetização adotadas pela escola são suficientes?

7. Qual limitação o senhor (a) aponta com relação à prática de alfabetização nesta escola?